

Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial

Alice Oliveira de Andrade¹
Maria do Socorro Furtado Veloso²

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre o jornalismo antirracista construído pelas mídias negras brasileiras como um movimento circular e decolonial. O objetivo é discutir a importância desses grupos que reivindicam espaços de fala distantes da precarização e subalternização fundadas pela colonialidade histórica. Em vez disso, buscam fundar novas matrizes de visibilidade para pessoas negras, contestando a mídia hegemônica e valorizando vozes, corporeidades e experiências afrodiáspóricas. Reunimos contribuições teóricas de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019); Ballestrin (2013), Borges (2012), González e Hasenbalg (2022), entre outros autores e autoras.

Palavras-chave: Decolonialidade. Mídias negras. Jornalismo antirracista.

165

Let the turn become wheel: antiracist journalism of black media as a circular and decolonial movement

Abstract

In this article, we reflect on the antiracist journalism constructed by Brazilian black media as a circular and decolonial movement. The objective is to discuss the importance of these groups that claim spaces of speech distant from the precariousness and subalternization founded by historical coloniality. Instead, they seek to establish new matrices of visibility for black people, challenging the hegemony of mainstream media and valuing Afro-diasporic voices, corporealities, and experiences. Among the main theoretical contributions are authors such as Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, and Grosfoguel (2019); Ballestrin (2013), Borges (2012), González, and Hasenbalg (2022)

Keywords: Decoloniality. Black media. Antiracist journalism.

¹ Professora substituta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN), Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). E-mail: aliceandrade@live.com.

² Professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN), Doutora em Ciências da Comunicação (USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.

Introdução

As caravelas que chegaram à nossa orla já se foram. A demarcação de capitanias hereditárias, aquela dominação de territórios, também. Já não se escutam as ofensas dos feitores, as galopadas das expedições bandeirantes, o grito de negros e indígenas consumidos pelos chicotes, os cânticos e rezas nas senzalas e nem os passos da fuga rumo aos quilombos. A colonização, enquanto projeto político-territorial, já não existe mais.

Contudo, no horizonte se veem as favelas, comunidades, periferias. O sistema carcerário está lotado de corpos de mesma cor. As estatísticas de assassinatos revelam que as balas perdidas sempre são encontradas em peles pretas e pardas. Escutamos o choro de mães negras. Os tiros do agronegócio invadindo as matas e massacrando povos indígenas. Até mesmo no silêncio das salas de aula universitárias, nas vozes dos docentes compartilhando conhecimento e nos textos citados, é possível ouvir, em demasia, os sobrenomes europeus. A *colonização* não existe mais. A *colonialidade*, por outro lado, segue envenenando solos e mentes.

A colonialidade se refere ao resquício das relações coloniais e imperialistas que continua atuando em outras frentes, como a reprodução de desigualdades estruturais em níveis simbólicos (FRASER, 2001). Em outras palavras, embora ainda se espoliem territórios geográficos, há uma complexificação do processo com a dominação de mentes, modos de pensamento, conhecimento, corpos e existências. Na Europa, no final da década de 1970, com início do processo de globalização, o capitalismo foi se adaptando a um contexto urbano e industrial. A dominação geográfica a serviço do imperialismo estendeu seu projeto global para além das conquistas de terras e traz ainda hoje, por meio das noções de modernidade, uma ideia de sistema-mundo que universaliza as experiências ocidentais como globais (MIGNOLO, 2003).

Este estudo tem como objetivo refletir sobre as conexões entre jornalismo e decolonialidade, trazendo a prática das mídias negras como central para a articulação entre essas duas áreas. O jornalismo antirracista produzido por elas visa combater o racismo e as múltiplas formas de opressão geradas pelo sistema colonial de dominação histórica — que se estende ainda hoje por meio de opressões estruturais, como a discriminação racial — ampliando o alcance de vozes historicamente subalternizadas e desnaturalizando as hierarquias sociais instituídas pela própria mídia hegemônica. Aqui no Brasil, ao falarmos de mídia hegemônica nos referimos aos grandes conglomerados que

controlam um vasto número de canais de televisão, rádio, jornais impressos e portais de notícias.

O jornalismo ocupa um espaço fundamental na esfera social, moldando a construção do imaginário coletivo e, conseqüentemente, a forma como enxergamos o mundo. A herança colonial que perpetua desigualdades e hierarquias de poder também influencia a formação de opiniões e perspectivas completamente enviesadas pelo eurocentrismo. A decolonialidade é proposta como uma lente crítica que, aliada à prática jornalística, questiona narrativas únicas e a construção de imagens estereotipadas sobre pessoas negras.

As mídias negras brasileiras são espaços nos quais o jornalismo decolonial e antirracista acontece, pois oferecem uma alternativa de agenda e novas matrizes de visibilidade e discurso. Valoriza-se as múltiplas vozes, as experiências não-ocidentalizadas e o olhar afrocentrado sobre a comunicação. Experiências jornalísticas insurgentes como o *Alma Preta*, *Revista Afirmativa*, *Mundo Negro*, *Notícia Preta* e *Negrê* formam uma paisagem de grupos que instrumentalizam o jornalismo como uma ferramenta de resistência para a luta antirracista e a decolonização com base em ideais quilombistas (NASCIMENTO, 2019).

O quilombismo proposto Nascimento (2019) se baseia na ideia de que os quilombos representam um modelo de organização social e cultural que pode servir como base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária hoje em dia. O conceito liga as diversas formas de resistência negra ao longo da história, pois têm em comum a luta contra as opressões raciais baseada nos ideais de solidariedade dos quilombos.

A análise proposta neste artigo não pretende englobar questões discursivas da materialidade textual produzida pelas mídias negras, mas aprofundar a ideia de jornalismo antirracista e suas relações com a perspectiva decolonial. A coleta de dados foi feita com base na realização de entrevistas estruturadas com três representantes de veículos de mídias negras.

Para a construção da análise, parte-se da abordagem teórico-metodológica da pesquisa bibliográfica e da estratégia metodológica do aquilombamento virtual midiático (VELOSO; ANDRADE, 2021), que enxerga os quilombos como um instrumento ancestral que fundamenta a existência das mídias negras brasileiras.

Confluências conceituais necessárias: colonial, descolonial e decolonial

Mesmo sendo um projeto acadêmico-político com origem nas reflexões teóricas em universidades, a ideia de colonialidade também se estende à esfera social. Contudo, perceber essa última vertente muitas vezes pode ser difícil, visto que os debates sobre esse assunto, em grande parte, se restringem ao âmbito universitário. Isso faz com que a decolonialidade se descole das lutas políticas e cause uma contradição entre o que dizem as teorias e a realidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019).

Sistematizar o conhecimento a partir de um prisma distinto das teorias coloniais é um dos papéis das teorias decoloniais, mas é preciso lembrar também de como essas formulações conceituais podem servir às populações que enfrentam uma luta secular de sobrevivência e resistência, produzindo saberes e modos operativos que muitas vezes não têm espaço senão nos textos científicos. Citar autores negros e indígenas, por exemplo, bem como se aproximar dos movimentos sociais e das práticas insurgentes, é um passo basilar que precisa ser dado pela decolonialidade acadêmica.

Para os estudos em Comunicação, pode-se dizer que grande parte é alinhada a modelos e perspectivas ocidentais e eurocêntricas. Porém, quando se pensam as pesquisas voltadas para mídia e questões étnico-raciais, torna-se necessário ampliar o olhar para fenômenos, estratégias e teorias produzidas nas fronteiras subalternizadas, nas lutas populares, movimentos sociais e ancestrais. O deslocamento geográfico do olhar também é importante, em especial para diminuir o foco no eixo europeu e norte-americano e passar a observar atentamente o que acontece na América Latina, Ásia e África.

Perceber o fato histórico do colonialismo é fundamental ao se estudar raça em quaisquer áreas de pesquisa. No território brasileiro, foi com o imperialismo colonialista em seus primórdios, há mais de cinco séculos, que as noções de raça e racismo começaram a ser delimitadas na prática. Afinal, foi na Europa onde surgiu a ideia de exclusão e subalternização de tudo aquilo que está fora de seus eixos socioculturais (LANDER, 2005; GROSGOUEL, 2008). A consciência europeia que invade grande parte do mundo ainda hoje determina uma separação que contrasta o moderno e avançado em oposição àquilo que chamam de “outros” (LANDER, 2005), composto pelos demais povos e culturas do planeta fora do molde eurocêntrico. Assim, na visão europeia do mundo, tudo aquilo que está fora de seu campo de alcance territorial e cultural é considerado

“inferior”, “arcaico” e “atrasado”, sejam culturas, políticas, religiões, conhecimento, modos de vida e/ou corpos.

A expansão do colonialismo ao longo do tempo e do espaço gerou diversas formas de opressão. A dominação de territórios geográficos, mentes e corpos, que sempre existiu de maneira simultânea, se transformou em tecnologias sociais de opressão que estruturam a sociedade e cultura brasileira, como o racismo e o sexismo (GONZÁLEZ, 1984). A ideia de soberania iniciou com o surgimento do Estado moderno europeu para estabelecer de forma nítida quais territórios e povos eram dominantes e quais eram os dominados (BRESSER-PEREIRA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2012). Com o passar do tempo e com a independência territorial-política de países e continentes, as articulações colonialistas foram se tornando mais sutis, mas ainda assim bastante cruéis. Isso porque “ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o” (FANON, 1968, p.31).

Portanto, fazer a leitura do mundo a partir da perspectiva europeia é, por natureza, uma universalidade excludente (LANDER, 2005, p.10). O colonialismo apresenta-se como a visão universal sobre o mundo e acerca das coisas que o constituem, tendo como referência o eixo norte do mundo. O capitalismo na forma que conhecemos hoje é construído como um avanço do colonialismo imperialista. Sendo a infraestrutura social, é visto como única alternativa possível. O que está fora dele é retrógrado. Muitas vezes essa imagem é reforçada pela mídia comercial, formada por grandes empresas imersas na lógica de funcionamento capitalistas e que, por consequência, auxiliam sua manutenção.

No Brasil, a modernidade é o período historicamente iniciado no século XIX, com a independência do país em relação a Portugal. Deve-se salientar que esse recorte envolve uma diversidade de contextos sociais, inclusive a escravização de corpos subalternizados na África, América Latina e Ásia (OYEWUMÍ, 2019). As disparidades raciais tiveram muitos formatos e lógicas ao redor do mundo, mas é basilar saber a configuração excludente e cruel que teve com pessoas racializadas ao longo do tempo e ainda fortemente hoje, o que pode ser percebido na perspectiva da *colonialidade*.

Quando se fala sobre esse universo, há uma multiplicidade de conceitos próximos, embora não sinônimos, que acabam nebulando o debate. Termos como pós-

colonial e descolonial, decolonial são amplamente utilizados no espectro acadêmico para se referir a processos semelhantes. Mesmo assim, é possível apontar também diferenças de abordagem em cada uma dessas ideias.

A principal semelhança é o objetivo em comum entre todos eles: estar em um lugar de oposição à condição de subalternização imposta pela colonização às sociedades historicamente colonizadas, fomentando a ideia de que há modos de existência, fatores culturais, filosóficos e históricos fora do eixo eurocêntrico que devem ser validados. Em um panorama amplo, esses conceitos traduzem a necessidade de deixar emergirem perspectivas cognitivas, existenciais, filosóficas, sociais e políticas fora do eixo daquilo que é proposto pela colonialidade como uma “modernidade colonial”.

Quanto às diferenças, é preciso perceber que cada ideia aborda um ponto específico dessa necessidade de ruptura com o universalismo colonial. O *pós-colonial* surgiu nas ciências sociais inglesas para analisar o contexto sociocultural de sociedades libertas politicamente do colonialismo imperialista. Ou seja, após as colônias ganharem independência das metrópoles e deixarem de ser vítimas de opressão-exploração territorial e econômica. Além dessa perspectiva temporal, há também o movimento epistêmico pós-colonial, dedicado às reflexões acadêmicas sobre novas possibilidades para sociedades e povos após o tempo da colonização. O movimento pós-colonial é formado por grupos de estudos subalternos e pelas ideias de autores como Edgardo Lander (2007), Aimé Césaire (2020), Franz Fanon (1968), Homi Bhabha (2005) e Gayatri Chakrabarty Spivak (1988), por exemplo.

A ideia de *descolonial* demarca o distanciamento do colonialismo. O significado do termo, na grafia com a letra “s”, estabelece uma oposição ao colonialismo, uma ruptura com o processo iniciado ainda no século XIX com a demarcação de colônias e metrópoles (SANTOS; MENEZES, 2010). Aqui se pretendia passar de um momento colonial para outro que não mais o é, é uma reversão do colonialismo, uma mudança de sistema.

Já o *decolonial*, sem o “s”, não se propõe a simplesmente desfazer a colonialidade; intenciona demonstrar que, além disso, é preciso demarcar uma postura de insurgência, luta e identificação de contextos que podem ser uma alternativa. Logo, o decolonial se propõe a questionar o projeto eurocêntrico e a ocidentalização do mundo, em especial no ponto de vista epistêmico-cognitivo. É um movimento que questiona os cânones científicos e no que eles contribuem para a leitura crítica da sociedade.

A decolonialidade visa ser uma alternativa ao pensamento moderno e ao capitalismo, um eixo de enfrentamento à colonialidade, uma possibilidade de resistência aos padrões eurocêntricos e a busca pela autonomia não apenas de indivíduos, mas acima de tudo de grupos — como negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, entre outros. Autores como Walter Dignolo (2003), Luciana Ballestrin (2013), Boaventura de Sousa Santos (2010), Joaze Bernardino-Costa (2019), Enrique Dussel (2000), Catherine Walsh (2009), Aníbal Quijano (2005) são alguns daqueles que seguem por esse caminho, também adotado por nós nesta pesquisa.

Sobre a diferença dos termos decolonial e descolonial, podemos entender que:

Suprimir o “s” e nomear “decolonial” [...] é para marcar uma distinção com o significado em castelhano de “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou inverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. A intenção, ao contrário, é apontar e provocar uma posição — uma postura e atitude contínua — de transgredir, intervir, in-surgir e influenciar. O decolonial denota, então, um percurso de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e fomentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009, p.14-15, traduzido)³.

171

Em suma, enquanto o descolonial busca desfazer o colonialismo, o decolonial tem como objetivo central combater ativamente e propor insurgências para se opor à colonialidade. Já o pós-colonial aponta um período histórico e um movimento epistêmico vindo de grupos considerados subalternos.

Nas discussões decoloniais, é preliminar pensar que a colonialidade atua em diversas frentes, como no poder, saber e no ser. Enquanto a primeira fala sobre a dominação política, o saber carrega a dimensão das epistemologias e produção de conhecimento e o ser abarca a experiência dos corpos, de suas manifestações no mundo, linguagens, cultura e ocupação de espaços (MALDONADO-TORRES, 2019; 2007). Portanto, a colonialidade atua diretamente nas imagens que as sociedades constroem ao longo do tempo, sobre tudo e todos e até mesmo a respeito das experiências vividas nos diversos espaços.

³ No original: “Suprimir la ‘s’ y nombrar ‘decolonial’ [...] es marcar una distinción con el significado en castellano del ‘des’. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento — una postura y actitud continua — de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar ‘lugares’ de exterioridad y construcciones alternativas” (WALSH, 2009, p.14-15).

Que o giro se faça roda: articulações entre a circularidade afrodiaspórica e a perspectiva decolonial

Uma das proposições para reivindicação do pensamento na decolonialidade tem se fundado no “giro decolonial”, conceito inicialmente cunhado por Nelson Maldonado-Torres que significa um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Não representa apenas uma proposta teórica, mas um ponto de partida que segue a rotação planetária como um sentido. Busca se mover rumo à resistência epistemológica que combate os preceitos da modernidade e colonialidade.

A ideia do giro lembra também a conexão que as sociedades africanas e ameríndias, em especial nas dimensões religiosa e cultural, têm com a ação de formar roda. De um ponto de vista morfológico, o mundo é repleto de rodas. Os formatos produzidos pelo universo, como buracos negros, Via-Láctea, planetas, o sol e a lua, todos são esféricos. A materialidade humana se inspirou na natureza e produziu formas e linhas nesse mesmo modelo, que nos ofertam movimento, deslocamento e comunicação (GOLDSTEIN, 1989).

Ao mesmo tempo em que círculos são estáticos, as rodas comunicam movimento. Rodar é evocar algo ou alguém ao centro, por isso consideramos a roda um espaço de comunicação. Também pode ser girar em torno de uma centralidade. De toda forma, essas ideias são imbricadas e representam o foco mútuo em um mesmo eixo.

A decolonialidade engloba, nos termos do professor Mogobe Ramose (2011), pluriversos. Em vez da ideia única de universo, ele propõe que o cosmos é formado por múltiplas realidades, vários centros que coexistem e características distintas. Já a colonialidade propõe a exclusividade de pensamentos e parâmetros com base no eurocentrismo, sem reconhecer a existência de outras cosmopercepções e interpretações.

Por exemplo, o pensamento vindo de raízes europeias é incorporado à cultura brasileira erudita à medida em que os conhecimentos indígenas e africanos, que são indissociáveis de nossas práticas culturais, são vistos de um ponto de vista subalternizado e sofreram várias tentativas de exclusão. É a partir disso que surgem formas contemporâneas de resistência à colonialidade, há uma busca por libertação não apenas epistemológica, mas existencial e relacional. Por isso é preciso fugir do estaticismo colonial e valorizar a circularidade que forma a luta decolonial.

Até mesmo os quilombos são pensados como espaço de resistência ao colonialismo e reverberam essa ação-movimento que comunica a necessidade de libertação e a autoafirmação negra. Na universalidade afrodiáspórica e indígena, a figura das rodas está metaforicamente ligada a elementos de religiosidade e filosofia, sendo importantes para momentos de comunhão e manifestações culturais como rodas de samba e capoeira. Por meio de danças, rituais e atividades em círculo, as comunidades africanas fortalecem seus laços, compartilham suas histórias, preservam suas tradições e reafirmam sua identidade coletiva.

Nesse contexto, a potência simbólica das rodas liga-se à ideia de pertencimento e identidade, sendo frequentemente utilizadas como símbolos de conexão, união e comunidade. A metáfora das rodas proporciona um senso de união, pertencimento cultural e resgate das raízes ancestrais.

Além dessas mencionadas, simbolizações de sociedades africanas da antiguidade encontram na figura de rodas ou círculos a força espiritual e ancestral. Na capoeira, no samba, nos terreiros, no maracatu, nos quilombos, na astronomia, na escrita, no tronco dos baobás e na dimensão estética é possível destacar essas figuras como a gráfica da ancestralidade. Ou seja, em quase todas as trajetórias africanas e afrobrasileiras há a figura da roda (CAMPOS, 2014).

A roda é encontro de ruptura com o silêncio e com o isolamento. Agrega pessoas em um circuito único que gira diante de um mesmo eixo. Estar em rodopio faz parte de uma estratégia metodológica que demanda flexibilidade, desprendimento das amarras coloniais, pois “o rodopio configura-se como um giro que desloca eixos referenciais” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 35). O pensamento circular reconhece as subjetividades, estéticas, ideias e vivências de cada membro da roda, pois cria coletivamente novas percepções e movimentos de pessoas negras no mundo.

Sendo assim, que o giro decolonial seja racializado, partindo das matrizes negras e originárias, e se faça roda, pois todo círculo em movimento e com sentido é um lugar onde a comunicação se estabelece. É fluxo contínuo, construção ancestral para ver, ouvir e participar, é cruzamento de olhares que levam ao mesmo centro. Estando em roda, ideias em uníssono e pensamentos em fluxo, que façamos o exercício epistemológico de trazer ao foco os conhecimentos africanos e indígenas, dos povos negros, originários e tradicionais, pois são eles que regeneram as feridas coloniais e fazem circular novas compreensões e possibilidades.

A importância das mídias negras na construção de um jornalismo antirracista e decolonial

O processo de colonização dividiu todos os povos em raças, mas devemos entender que há uma gradação entre essas. Nós, pessoas negras, fomos postas como um dos povos menos desenvolvidos na “escala” social constituída nessas imagens políticas e mentais. Esse pensamento foi usado para justificar o processo de escravização, pois o racismo também foi “um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, p. 11).

A tradição científica e as ideias eugênicas importadas das nações nortecêntricas e do cartesianismo colocaram pessoas negras no lugar de seres não-pensantes, incapazes de produzir ciência e cultura, politicamente inferiores e carentes de qualificação social e religiosa. O racismo surge para universalizar a ideia de que aqueles que habitam a zona do não ser (FANON, 2008) precisam ser delimitados, controlados e, quando não, aniquilados.

Entendemos as mídias negras virtuais como parte de um movimento decolonial a partir do momento em que não apenas insurgem contra a realidade posta pela mídia comercial, mas também propõem alternativas e novos modos de produzir um jornalismo ancorado na luta antirracista. Para extinguir o regime de escravização em nosso país, depois a luta política para a inserção social e as atuais experiências de construções narrativas sobre a própria história, demonstram que são espaços de ruptura social, política e cognitiva.

Quando pensamos as mídias negras virtuais, mesmo que sejam um fenômeno contemporâneo, é necessário fazer esse passeio histórico e localizá-las como uma experiência viva de combate não apenas ao racismo de forma direta, mas à própria colonialidade como princípio organizador da ideia de raça e suas consequências interseccionais. O tempo dessas mídias é anacrônico, pois estão diante de lógicas atuais na mesma medida em que precisam lidar com um passado “que existe não como um traço, mas sim como um presente vivo” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, p. 28).

Trabalhar a ideia de decolonialidade junto às mídias é importante, pois assim como o racismo é um item constitutivo da sociedade, veículos midiáticos auxiliam na disseminação desse princípio organizador e classificam corpos de acordo com ideais

eurocêntricos e universalistas. O movimento que fomenta a instrumentalização da comunicação na construção de narrativas emancipatórias também pode ser considerado decolonial. O caráter eurocêntrico das mídias hegemônicas é percebido não apenas por operar diretamente como superestrutura do sistema capitalista, mas também pela constante elaboração de discursos e imagens brancos, ocidentais e cristãos.

Buscar a descolonização/decolonização pela comunicação é uma das causas que mobiliza a construção de um jornalismo antirracista. Jornalistas racializados intervêm diretamente na constituição de novos espaços midiáticos: na definição das agendas, abordagem dos temas, composição das redações e nas formas de convivência.

As imagens de pessoas negras e indígenas produzidas pelas mídias hegemônicas vêm comumente estereotipadas e fomentadas pelo racismo que, em um contexto interseccional, também pode retroalimentar misoginia e preconceito de classe/gênero. As mídias negras visam transformar a cadeia discursiva e imagética, revelando novas matrizes de imagens que reconhecem esses grupos sociais em sua pluralidade.

Mover a base construída há tantos anos — e, até mesmo, séculos — das imagens produzidas pela mídia comercial é um desafio. Há a cristalização de padrões que fundaram os preceitos socioculturais e dizem qual é o lugar das mulheres e homens negros e indígenas. Os elementos superestruturantes são muitos, mas a cadeia de comunicação é um elemento fundamental no letramento visual da sociedade. Elaborar estratégias emancipatórias tendo a comunicação como centro desse objetivo é importante, pois:

Nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico é que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade. Ela nos remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais. Portanto, falamos em tensões, disputas de práticas e de conhecimentos (GOMES, 2019, p. 227).

Quando se colocam com a missão de formular matrizes comunicativas nascidas na própria vivência negra, as mídias negras se põem também em uma postura decolonial e negam a necessidade de se reportarem sempre aos mesmos referenciais para compreender a própria realidade. Em uma dimensão cheia de camadas bem mais profundas que a representatividade, esses grupos lutam pela democratização da palavra

e demandam outros lugares enunciativo e epistêmicos além daqueles impostos pela colonialidade desde o imperialismo.

Por meio de seus sites e redes sociais na internet, os jornalistas integrantes das mídias negras exercitam a decolonialidade quando propõem pautas fundamentais às causas do povo negro, constroem conteúdos repletos de subjetividade e interpretam o mundo por uma lente própria, distante dos cânones impostos pelas mídias patronais. Estamos diante, portanto, de ações comunicacionais que buscam estimular a decolonização das mentes e o estabelecimento de um modo de comunicação antirracista.

O olhar pelo aquilombamento virtual midiático (VELOSO; ANDRADE, 2021) leva em conta que o que foi produzido por pessoas negras ao longo da história brasileira não pode ser desconsiderado, pois existe uma ligação entre a resistência histórica dos quilombos e a existência das atuais mídias negras brasileiras. Esse direcionamento metodológico nos auxilia a considerar pessoas negras como sujeitos das próprias narrativas e “seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações” (GOMES, 2019, p.235). Interpretamos aqui as mídias negras como parte da paisagem negra decolonial brasileira que têm a comunicação um instrumento central para insurgir contra os rastros da colonialidade.

A proposição dos aquilombamentos artísticos contemporâneos (MEIRINHO, 2021) revela o surgimento de novas matrizes artísticas com base afrodiaspórica, articuladas por diferentes grupos que visam construir novas significações, narrativas e possibilidades culturais a partir da cultura afrobrasileira, da ancestralidade negra e da organização coletiva. O jornalismo antirracista das mídias negras caminha nessa direção quando propõe que contesta a colonialidade da mídia hegemônica e traz visibilidade às pautas negras e aos olhares decoloniais sobre a realidade social.

Como técnica de coleta de dados para a produção desta pesquisa, entrevistamos três jornalistas de mídias negras: Jonas Pinheiro, da *Revista Afirmativa*; Larissa Carvalho, do site *Negrê*; e Thaís Bernardes, do portal *Notícia Preta*. As mídias negras de hoje negam o sistema midiático hegemônico-corporativo fundado em matrizes coloniais quando se impõem ativamente contra o histórico de imagens fixas produzidas ao longo do tempo sobre seus corpos e modos de existir. Este é um entendimento nítido entre os representantes de mídias negras, conforme é possível perceber nos trechos abaixo:

A maioria dos jornais de imprensa negra e mídia negra ou revistas, eles surgem justamente pelo descontentamento dessas pessoas com o que se produz na hegemônica. Então, a *Afirmativa* tinha isso muito no início, no “sobre”, nos primeiros editoriais da revista sempre se diz que o que é produzido na mídia hegemônica, ou mídia tradicional ou grande mídia, não contempla as populações negras como deveria. Por isso, a *Afirmativa* surge para ocupar esse lugar (PINHEIRO, informação verbal, 2020)⁴.

O que a gente faz no *Negrê* é tentar desconstruir estereótipos e narrativas que são muito ruins sobre o nosso povo. Assim, jamais vai ter uma editoria de polícia no *Negrê*, sabe? Não tem necessidade de estar noticiando morte de pessoa negra que morreu com policial ou tráfico, sei lá o quê, sabe? Mas é adoecedor ainda para o nosso povo. Então, eu acho que a gente tá na contramão desse discurso, que já é enraizado na mídia tradicional, na mídia brasileira, e algumas outras particularidades também (CARVALHO, informação verbal, 2020)⁵.

Nos termos da professora Rosane Borges (2012, p.184), os “enunciados imagéticos” acabam circulando em categorias prévias que instalam linhas divisórias que delimitam enfaticamente o lugar do “outro”, o que é aceitável e aquilo que não é. A intenção das mídias negras é abrir fissuras nesse projeto hegemônico que a imprensa tradicional semeou com ideais eurocêntricos e colonialistas, levantando a possibilidade de um sistema diferente de representações dos corpos negros para livrá-los desse lugar subalternizante (HOOKS, 2019).

Quando evocam a ancestralidade dos quilombos e de outras formas de resistência afrobrasileira ao longo do tempo, as mídias negras anunciam a potência, a criatividade e a necessidade negra — e humana — de existência em moldes bem distantes dos precarizados em que foram postas. Convidam a uma dinâmica de circularidades que desloca o olhar colonial para um lugar de emancipação, chamam para o movimento, um girar o pescoço, um olhar para o outro lado, um “pensar muito bem, girando a roda que pode encantar esse mundo entristecido” (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p. 10). Essa é uma preocupação necessária ao trabalho das mídias negras. Os jornalistas que a compõem enxergam a comunicação como um instrumento de trabalho, mas também como uma oportunidade de se proteger da colonialidade ao mesmo tempo em que a combatem. Thaís Bernardes, do portal jornalístico *Notícia Preta*, explica:

⁴ Entrevista síncrona concedida às autoras por Jonas Pinheiro (*Revista Afirmativa*) pela plataforma Google Meet, ago. 2020.

⁵ Entrevista síncrona concedida às autoras por Larissa Carvalho (*Negrê*) pela plataforma Google Meet, out.2020.

Eu sou umbandista e eu sempre falo do poder que tem as cantigas, os pontos, de um bando de Candomblé, porque ali eles contam uma história. Quando a gente pensa em mídia, sempre que eu falo em mídia, na verdade eu falo de formas de se comunicar, porque essa mídia tradicional, do papel, muitas vezes ela não foi acessível para nós. Mas nós, pessoas negras, a gente tinha diversas, a gente tinha e tem diversas estruturas e formas e maneiras de se proteger, de se comunicar (BERNARDES, informação verbal, 2021)⁶.

O trabalho das mídias negras auxilia a libertação das consciências de nossos ancestrais afrobrasileiros que se aquilombaram para se proteger e nos deixar um exemplo de como resistir à dominação e à exploração. Ecoam as *escrevivências*⁷ de Conceição Evaristo (2020) ao dizer que nossa vivência importa; a audácia de Lélia González (1984) ao dizer que “o lixo vai falar e numa boa”; a articulação de Beatriz Nascimento (2018) ao declarar que conhecemos nosso caminho e nossas rotas alternativas; e a potência de Carolina Maria de Jesus (2019) que enxerga na própria vida e na própria história a validação necessária para existir no mundo. Consideramos as mídias negras como “a diáspora negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assimilam sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro” (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022, p. 35).

178

Considerações finais

Pensar as mídias negras e sua prática de jornalismo antirracista e decolonial é ver a comunicação como ferramenta de resistência. Nesse enfrentamento, esses grupos insurgentes compõem uma temporalidade que reconstrói imaginários, produz discursos alternativos e oferece novas dimensões estéticas fundadas em matrizes decoloniais. São experiências que revelam “a escrita de um mundo a ser lido/visto/ouvido”, nas palavras da professora Rosane Borges (2020, p. 41).

Essa construção é um esforço colaborativo no qual a subjetividade de cada pessoa envolvida traduz as vozes de um todo. A comunicação produzida nesses espaços,

⁶ Entrevista assíncrona concedida às autoras por Thaís Bernardes (*Notícia Preta*) pelo aplicativo WhatsApp, mar. 2022.

⁷ O conceito, cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo, pode ser encontrado de forma transversal em todo o conjunto de suas obras literárias. O termo expressa a articulação entre a escrita e a vivência das experiências de mulheres negras na sociedade brasileira — e como isso pode ser refletido naquilo que escrevem. Em seus textos, Evaristo explora temas como racismo, machismo, vivência, identidade e memória, resgatando histórias e vozes historicamente postas como marginalizadas. Sua escrita incorpora uma estética de resistência e subversão, permitindo que as narrativas sejam contadas a partir de uma perspectiva de protagonismo de mulheres negras.

além de comprometida com a luta antirracista, percebe na união das experiências a potência para a construção de caminhos possíveis e para a decolonização do olhar.

Abdias Nascimento (2019) ensina que a simbologia do quilombo significa partilha, união, agregação. Nas mídias negras, vozes se aquilombam no solo fértil da comunicação para romperem com os silenciamentos históricos da colonialidade que há tanto tempo tentam nos aprisionar. Se no século XIX os jornais eram movidos pelo fim da escravização, hoje as mídias negras seguem mobilizadas contra o genocídio e pela construção de novas narrativas sobre os povos afrodescendentes. Liberdade segue sendo o objetivo principal e a comunicação, como ferramenta, um modo determinante de ação sobre o mundo.

Logo, ao transformar a decolonialidade em linha editorial, o jornalismo antirracista reconhece a importância de reorganizar e decolonizar os métodos, as narrativas, as imagens e as escolhas jornalísticas para criar uma cobertura menos subalternizante e mais emancipatória. Além disso, a abordagem antirracista no jornalismo se alinha com os fundamentos da decolonialidade quando questiona as estruturas de poder construídas historicamente, nomeia as desigualdades e oferece contranarrativas de resistência — e re(existência) — feitas por e para sujeitos(as) racializados.

É preciso localizar as mídias negras como parte de uma estratégia decolonial da contemporaneidade. Trazer o jornalismo antirracista a um lugar de centralidade significa fazer a roda da decolonialidade girar em uma mistura de passado, presente e futuro: um passado que começa até mesmo antes dos quilombos, mas que necessariamente passa por eles para consolidar a potência política da resistência negra no país; um presente que nos revela o desprezo ao silenciamento e a busca por decolonizar o imaginário social ainda tão fincado na colonialidade; e um futuro que tem as palavras construção, esperança, consciência e autonomia como chaves para acessar um novo mundo possível. Sob as lentes da decolonialidade e do jornalismo antirracista, façamos a roda girar.

Referências

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BORGES, R.; SILVA, R. C. (org.). **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

BORGES, R.; SILVA, R. C. (org.). O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/46vm5x5>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

CAMPOS, D. M. C. **Do disco à roda**: a construção do pertencimento afrobrasileiro pela experiência na festa Negra Noite. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte/Itaú Social, 2020.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

GOLDSTEIN, C. Um é o outro: por uma história do círculo. In: SERRES, M. (org.). **Elementos para uma história das ciências I** – da Babilônia à Idade Média. Lisboa: Terramar, 1989.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, Anpocs n. 2, p. 223-244, 1984.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra: descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MEIRINHO, D. Aquilombamentos artísticos contemporâneos. **Revista Contemporânea de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 3, 2021. p.157-178. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/45810/26713>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

OYĚWÙMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, C. W. P. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. R. Inter. Inter-disc. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3XiKSQE>. Acesso em: 10 jun. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOSE, M. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. In: Ensaio Filosóficos, Volume IV, out. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43QIUJR>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças**: uma filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago, University of Illinois Press, 1988.

VELOSO, M. S. F.; ANDRADE, A. O. **Aquilombamento virtual midiático**: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras. Revista Alceu, n. 44, v.21, p.172-189, 2021. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/247/230>. Acesso em: 17 mai. 2023.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALLERSTEIN, I. **O Universalismo Europeu**: A Retórica do Poder. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

Submissão: 18 de mai. 2023

Aceite: 17 de jun. 2023.